

PDT apresentará sua proposta até 4^a ^{anc}feira

- 3 MAI 1987

Ricardo Holanda

"O PDT, que estava numa posição de vanguarda, vai agora a reboque nesse movimento" constatou, irônico, no gabinete da liderança pedetista na Câmara, o deputado Noel de Carvalho (PDT-RJ). Ele lamentava que o partido ainda não tivesse apresentado sugestão à Constituinte pedindo a realização de eleições presidenciais logo após a promulgação da nova Constituição.

Noel de Carvalho admitia, entre risos, que os fatos acabaram atropelando a posição inicial do seu partido. Lembrou que há quinze dias o Diretório Nacional do PDT reuniu-se, com a presença do ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, e decidiu que seria elaborada uma proposta estabelecendo eleições para a presidência e vice-presidência da República logo após a promulgada a nova Carta. O prazo não tinha sido definido mas as discussões indicavam entre 90 dias após a promulgação e 15 de novembro. O deputado pedetista, entretanto, apesar de reconhecer que a posição vanguardista de sua legenda acabou sendo ultrapassada pelos rancores peemedebistas em relação ao presidente José Sarney, acredita que o PDT irá apresentar até quarta-feira, quando se encerra o prazo de entrega, sua própria proposição em relação ao assunto.

Até ontem, o relator da subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça (PMDB-RS), tinha recebido 27 das quase mil e novecentas sugestões encaminhadas à Mesa da Constituinte. Dessas vinte e sete propostas, sete tratam da redução do mandato presidencial fixando prazos entre trinta e cento e oitenta dias após a promulgação para a realização de eleições. Fogaça, desde a posse de Sarney, sempre declarou-se favorável a um mandato presidencial de quatro anos. Como relator teve de ceder às pressões de seu partido para uma solução negociada de cinco anos para o atual presidente. Entretanto, os fatos ocorridos na semana passada transformaram substancialmente o espírito da maioria dos peemedebistas que, agora exigem a cabeça de Sarney, com a redução do mandato para quatro anos ou menos.

Risco de Perder

O deputado baiano Prisco Vianna (PMDB), cogitado para ocupar o Gabinete Civil, e que defende um mandato de seis anos, indagou: "Será que interessa ao PMDB eleições no próximo ano? Será que ele ganha?" Contudo, um de seus companheiros de bancada, o deputado Raul Ferraz (PMDB-BA) respondeu: "No jogo democrático, as eleições não foram instituídas para se sair vencedor. A alternância no Poder também faz parte da democracia". Ele defende a realização de eleições presidenciais no próximo ano em data diferente do pleito já marcado para quase 4 mil prefeituras municipais, em 15 de novembro de 1988.

Mordaz, o deputado José Genoíno (PT-SP), explica que seu partido tem uma sugestão que já está sendo analisada e pelo peemedebista José Fogaça. O PT pretende a realização do pleito para a presidência três meses após a promulgação da nova Constituição. "Hoje, eu temo que esse governo não se sustente até lá pela agudeza da crise. Talvez nossa proposta até caduque", disparou, enquanto passava a língua pelos bigodes e sorria.

O deputado Paulo Macarini (PMDB-SC), vice-líder do partido na Constituinte, dizia na tarde de quinta-feira que o descontentamento entre os peemedebistas estava evoluindo para um posicionamento de defesa de quatro anos para Sarney. Ele acha que a eleição deve ser realizada em 1º de fevereiro de 89, com posse do novo presidente e seu vice em 15 de março seguinte. Macarini explicou que é consensual entre os constituintes de todos os partidos que a data entre a eleição e a posse dos membros do Poder Executivo Federal e Estadual tem de ser encurtadas de modo a evitar que o orçamento seja dispendido em sua totalidade pelo político que deixa o cargo.

O petebista Mendes Ribeiro, de São Paulo, apresentou proposta sintética. Em um único artigo, sua proposição estabelece: "As eleições diretas para a presidência e vice-presidência da República dar-se-ão em 15 de novembro de 1988. Ribeiro não estabeleceu em sua sugestão a data da posse, que é preocupação do deputado Pedro Canedo (PMDB) que fixou o mandato de Sarney em quatro anos, mas marcou a posse do presidente eleito para 1º de fevereiro de 1989. Com isso o mandato do atual presidente da República não seria de quatro anos, mas de três anos dez meses e quinze dias.